



Endereço para correspondência:
Health Action International
Overtoom 60/II
1054 HK Amsterdam
The Netherlands
Jaume@haiweb.org

Para:

Sandra Gallina
Responsable de delegación, Comisión Europea

Daniel Pinto
Negociador principal, Mercosul

1 dezembro 2017

Prezada Sra. Gallina, Prezado Sr. Pinto,

Nós, as entidades abaixo-assinadas, atuantes nos campos da saúde pública e acesso a medicamentos, com sede na União Europeia ou Mercosul, chamamos sua atenção para o seguinte.

Com as negociações entre a União Europeia (UE), realizadas através da Comissão Europeia (CE), e o Mercosul se aproximando de uma conclusão, aumentam as preocupações entre os defensores da saúde pública, as organizações de pacientes e consumidores e outras partes interessadas, tanto na Europa como nas Américas, sobre o potencial impacto que algumas propostas apresentadas pela UE poderiam ter sobre o acesso a medicamentos.

Observamos que, apesar dos pedidos de transparência e compromissos para uma maior abertura, as negociações estão ocorrendo longe do conhecimento público. Considerando as potenciais implicações para a vida e o bem-estar de milhões de pessoas, os cidadãos e cidadãs da UE e do Mercosul têm o direito de saber o que está sendo discutido e negociado em seu nome.

As organizações abaixo assinadas observam que os representantes do setor privado tiveram um acesso muito maior às delegações e aos documentos de trabalho da UE e do Mercosul do que as outras partes interessadas, como defensores da saúde pública, grupos de consumidores e outras organizações sociais, tanto na UE como no Mercosul. E notam que, apesar de a UE ter declarado que não buscaria medidas de proteção de propriedade intelectual (PI) que ultrapassem o que foi acordado no Acordo sobre os Aspectos

de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS), o [texto do capítulo de PI apresentado pela UE](#) em novembro de 2016 inclui demandas dessa natureza, como extensão da vigência de patentes e exclusividade de dados de testes. Além disso, a UE está propondo a inclusão de certificados complementares de proteção (CCP), que são uma extensão artificial do período de proteção da patente, e cuja utilidade está atualmente sendo avaliada pela própria UE, seguindo as demandas dos Estados Membros.

Exigimos que as partes se recusem a adotar mecanismos do tipo resolução de litígios Investidor-Estado para quaisquer questões relacionadas ou com implicações para a saúde pública, incluindo mas não limitado à proteção à propriedade intelectual, regulação de preços, seleção de formulários e compras públicas de medicamentos. Além disso, qualquer texto aprovado deve endossar explicitamente a [Declaração de Doha](#) sobre TRIPS e Saúde Pública e não incluir medidas que ultrapassem o Acordo TRIPS que possam dificultar o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3.8 como exclusividade de dados de testes e o CCP.

Ademais, todas as partes devem concordar com a realização de uma avaliação de impacto para analisar os efeitos de quaisquer cláusulas de PI sobre o acesso a medicamentos. As conclusões de tal avaliação deverão ser tornadas públicas e implicarão a renegociação dessas cláusulas se consideradas negativas para o interesse público.

Solicitamos aos governos do Mercosul que confirmem a Declaração sobre Acesso a Medicamentos, Saúde Pública e PI assinada pelos ministros de saúde da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (e Chile como membro associado) em [junho de 2017](#), com especial ênfase nos critérios de patenteabilidade, compra conjunta de medicamentos e introdução de medicamentos genéricos e biosimilares.

Agradecemos sua consideração.

Cumprimentos,

Jaume Vidal

Health Action International

Dimitri Eynikel

Médecins Sans Frontières

Francisco Rossi

IFARMA

Irene Bernal

Salud por Derecho

Juan Pablo Morales

CEPFAR

Roberto Sabrido Bermúdez

AAJM

Sophie Bloemen

Commons Network

Juliana Veras

UAEM Europe

Sarah Helena Pereira e Silva

UAEM Brasil

Marine Ejuryan

Global Health Advocates

Mohga Kamal-Yanni

Oxfam International

Nuria Homedes

Salud y Farmacos - USA

Germán Holguín Zamorano
Alianza LAC - Global

Alma Leon
ITPC LATCA

Pedro Villardi
GTPI

Márcia Leão
Fórum de ONGs AIDS/RS

Eduardo Barbosa
Pela Vidda/SP

Ricardo Santos
RNP+/ São Luiz

Rosilene Wansetto
Jubileu Sul Brasil

George Thurley
European Public Health Alliance

Jocelio Drummond
Rede Brasileira de Integração dos Povos

Andrea Carolina Reyes Rojas
Mision Salud

Francisco Pedrosa
Grupo de Resistência Asa Branca

Veriano Terto
ABIA

Sergiy Kondratyuk
All-Ukrainian Network of PLWH

Meri Koivusalo
Physicians for Social Responsibility – Finland

Cc.

Sra Cecilia Malmström, Comissária da UE para o Comércio
S.E Sr. Carlos Rafael Pérez del Castillo Artagaveytia, Embaixador Embajador do Uruguai, Bruxelas
S.E. Sr. Rigoberto Gauto Vielman, Embaixador do Paraguai, Bruxelas
S.E. Sr. Pablo Grinspun, Embaixador da Argentina, Bruxelas
Sr. Henrique Choer Moraes, Delegação brasileira na União Européia